



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
Pç. Nossa Senhora da Salete - Bairro Centro Cívico - CEP 80530-912 - Curitiba - PR - www.tjpr.jus.br

ATA Nº 6402415 - CPER-CPECVUUJPGJ

SEI!TJPR Nº 0044017-16.2021.8.16.6000
SEI!DOC Nº 6402415

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE EQUALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DAS VARAS E UNIFICAÇÃO DE UNIDADES JUDICIAIS DE PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO – 14.05.2021

Aos 14 dias do mês de maio do ano de 2021, às 14h07min, utilizando-se da Plataforma virtual Microsoft TEAMS, realizou-se a II Reunião Ordinária do ano de 2021, da Comissão Permanente de Equalização de Competências das Varas e Unificação de Unidades Judiciais de Primeiro Grau de Jurisdição, contando com a participação dos seguintes membros: Juiz Auxiliar da Presidência ANDERSON RICARDO FOGAÇA (Presidente da Comissão); Juiz Auxiliar da Presidência IRAJÁ PIGATTO RIBEIRO; Juíza Auxiliar da Presidência FABIANA PIERUCCINI; Juiz Auxiliar da Presidência RAFAEL KANAYAMA; Juiz Auxiliar da Corregedoria HELDER LUÍS HENRIQUE TAGUCHI; Desembargador TELMO CHEREM; Desembargador Corregedor-Geral de Justiça LUIZ CEZAR NICOLAU; Dr. HENRIQUE DIAS TANAKA, advogado representante da Ordem dos Advogados do Brasil; Juiz de Direito CEZAR GHIZONI; FERNANDA NAVARRO, Consultora Jurídica do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná; GÉRSO N MIKALIXEN JUNIOR, Estatístico do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná; FLÁVIA VERUSCA MUTURI MONARIN MATOS, Economista do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná (DEPLAN); ANTONIO TOSHIO SATO, Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná; PHILIPPE TADAO SAKAI, Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná; SANDRO DE OLIVEIRA MARTINS, Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná; MÁRCIO BARRIM BANDEIRA, Analista Judiciário Sênior, Serventuário da Justiça – 1º grau, do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná; RAFAELA HOINACKI LOUREIRO, Analista Judiciário Sênior; ARUAN BENATTO MONASTIER, Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná - Central de movimentação Processual; VINICIUS LOPES, Diretor do DEPLAN; Maria Anita dos Anjos, membro do Ateliê de Inovação; LEONARDO DE ANDRADE FERRAZ FOGAÇA, membro do Ateliê de Inovação; GEIZA PERRI GARCIA BANDEIRA, assessora vinculada ao gabinete do Juiz Auxiliar da Presidência. Anderson Ricardo Fogaça; LUCAS PETRY PINTO, estagiário de pós-graduação vinculado ao gabinete do Juiz Auxiliar da Presidência Anderson Ricardo

Fogaça; JULIANO ROGERIO TOALDO, Analista de sistemas do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná – DTIC; RENATA ALVES, Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná; e ALEX DE PAULA PINHEIRO, Analista de sistemas do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná – DTIC; RAFAEL CONINCK TEIGAO, Analista de sistemas do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná – DTIC; e DANILO KOVALECHYN, Analista de sistemas do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná – DTIC.

Aberta a reunião, o Excelentíssimo Juiz de Direito ANDERSON RICARDO FOGAÇA, Juiz Auxiliar da Presidência e Presidente da Comissão Permanente de Equalização de Competências das Varas e Unificação de Unidades Judiciais de Primeiro Grau de Jurisdição, agradeceu a presença de todos, fez uma breve explicação sobre o projeto, salientando que teve modificações da reunião anterior e passou a palavra ao servidor MARCIO BANDEIRA. **01.** Ato contínuo, o servidor MARCIO BANDEIRA saudou a todos os participantes e iniciou sua apresentação relatando que o projeto foi alterado e que o projeto está pronto. Disse que o nome proposto é de Secretaria Judicial Unificada do Paraná – SEJUD e ressaltou que a principal diferenciação da primeira reunião é a mudança no que tange à semelhança entre a Central de Movimentação Processual (CMP) e a SEJUD, pois terão estruturas totalmente diferentes. Explanou sobre a competência, a estruturação e os objetivos do projeto. Ressaltou mais uma diferença entre a CMP e a SEJUD, que essa última terá um comitê interno para cada área, em direção oposta à CMP, que possui apenas um comitê de liderança. Salientou a importância dos procedimentos padronizados na SEJUD, bem como o uso das ferramentas administrativas e tecnológicas, que já vem sendo utilizadas com sucesso pelos Tribunais de Santa Catarina e Mato Grosso do Sul, por exemplo. Explicou como ocorrerá a implementação e a sustentação do projeto, inicialmente, a SEJUD vai ser iniciada pelos servidores que estão lotados em Comarcas com superávit de funcionários, instalada pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná via decreto e que, ao final, será composta por 12 (doze) Secretarias Unificadas e, atualmente, sugere-se 4 (quatro) de porte grande e 1 (uma) de porte pequena. Inicialmente, explicou que a ideia é de selecionar as competências menos complexas e mais onerosas, como executivo fiscal, bancário e juizados especiais cível e criminal. Apresentou também as atribuições de cada órgão, como o comitê, o juiz coordenador e o gerente de negócio. Ao final, se colocou à disposição de dúvidas. **02.** O servidor RAFAEL CONINCK TEIGAO ressaltou que o DTIC já está com estrutura para receber os gerentes negociais, pois já está em andamento esse processo. **03.** Retomando a palavra, o Juiz Auxiliar ANDERSON RICARDO FOGAÇA explanou que a automatização do Projudi é necessária para o projeto dar certo, fez uma breve explicação sobre o tema, ressaltou que um dos objetivos do projeto é também diminuir o tempo do processo, que atualmente está em 4 anos e 4 meses no TJ-PR. Passou a palavra ao Excelentíssimo Desembargador Corregedor-Geral de Justiça. **04.** O Excelentíssimo Desembargador LUIZ CEZAR NICOLAU, Corregedor-Geral de Justiça, primeiramente cumprimentou a todos e agradeceu ao Sr. Marcio Bandeira pela explanação. Afirmou que é favorável ao projeto, mas que acredita ser o projeto muito complicado de ser aplicado na prática, em virtude de muitas peculiaridades do Judiciário Paranaense e que se teriam muitos desafios a serem passados, ressaltou que o projeto é bom, mas que não teria como, no momento, levantar o grande número de funcionários requeridos pela estrutura da SEJUD, já que acredita ser necessário adequar à realidade do Estado do Paraná. Ressaltou que não tem nenhuma unidade no Paraná com superávit, já que o CNJ prevê como lotação paradigma a lotação mínima. Salientou que não é contrário ao projeto, mas que está muito diferente da realidade paranaense e inalcançável atualmente, em números de unidades e funcionários. Afirmou que acha viável a unificação de Secretarias, algo mais simples a ser implementado e acredita ser necessário um estudo mais profundo, por parte da Corregedoria de Justiça, com levantamento de números reais sobre os processos no âmbito do Estado do Paraná. **05.** O Juiz Auxiliar ANDERSON RICARDO FOGAÇA a explicou que o projeto está tendo como base modelos de sucesso inseridos nos Tribunais de Santa Catarina e Mato Grosso do Sul,

juntamente com a experiência obtida pelo servidor MARCOS BANDEIRA em seus estudos. Ressaltou que haverá um estudo pelas competências mais deficitárias – com muitos processos e menos servidores, para aplicação inicial da SEJUD e com avanço de forma gradual. **06.** O Excelentíssimo Desembargador Corregedor-Geral de Justiça LUIZ CEZAR NICOLAU ressaltou que a criação da estrutura do SEJUD é possível, mas que sua preocupação como Corregedor é como se dará a melhoria nas unidades, de forma efetiva, na prática da Secretaria. Ressaltou novamente que é favorável a criação de Secretarias, mas que no projeto existem muitos detalhes que precisam ser analisados com calma, como um levantamento de números objetivos de processos que recaem por localidade e competência, número de servidores e outros. **07.** O servidor MARCIO BANDEIRA ressaltou que as Secretarias privatizadas não entram no projeto da SEJUD, também que o Juiz Coordenador não terá jurisdição na SEJUD, mas continuará com jurisdição nos seus trabalhos convencionais, em sua Comarca, atuando de forma paralela no SEJUD. Explicou que é possível juntar as competências, da forma do Tribunal de São Paulo, mas que a ideia inicial é ajudar as comarcas com maior déficit processual. **08.** O Excelentíssimo Desembargador Corregedor-Geral de Justiça LUIZ CEZAR NICOLAU disse que verifica que a CMP possui a mesma intenção, é uma secretaria que pode ser única e que pode atuar nas Comarcas com déficit, mas que já existe a Central de Movimentação Processual. O Sr. Marcio Bandeira explicou que a SEJUD é bem mais dinâmica que a CMP, com várias estruturas. O Desembargador Corregedor-Geral de Justiça ressaltou que é necessária a padronização dos fluxos de trabalho com bases empíricas, realistas e não por paradigmas. **09.** O Excelentíssimo Desembargador TELMO CHEREM afirmou que o projeto está para ser uma das grandes revoluções do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, fazendo uma relação direta do projeto com a apresentação dos juizados de pequenas causas, implementados anos atrás e que hoje é necessário no Judiciário Paranaense. Afirmou que apoia o projeto para, principalmente, aumentar a produtividade no primeiro grau de jurisdição, já que é o setor que necessita de maior ajuda no Tribunal de Justiça do Paraná. Ademais, ressaltou a importância e a qualidade do DTIC no momento atual, da pandemia, e também na sua possível importância nesse projeto a ser implementado. Afirmou sua opinião na melhora do primeiro grau de jurisdição pelo projeto, salientando que nos primeiros meses ocorrerão problemas, mas que serão corrigidos oportunamente. **10.** O Excelentíssimo Desembargador Corregedor-Geral de Justiça LUIZ CEZAR NICOLAU ressaltou que é favorável ao projeto, só teme pela velocidade de implementação do projeto e pela quantidade de funcionários que demandariam à SEJUD. Salientou que concorda com o Des. TELMO CHEREM sobre a grandiosidade do projeto, mas que necessita estudar o projeto com calma e com dados factíveis. **11.** O Excelentíssimo Juiz de Direito CEZAR GHIZONI requereu a palavra e lembrou que o déficit de servidores é real e que o projeto visa exatamente aproveitar melhor os servidores a fim de otimizar o primeiro grau de jurisdição, com maior produtividade por cada servidor. Ressaltou também a importância da especialização dos servidores para o aumento da produtividade, conforme já ocorreu nos Juizados Especiais da Fazenda Pública. Explicou a diferença entre a Central de Movimentações Processuais e a Secretaria Única, sendo que a primeira atua diretamente em uma fase processual, enquanto a segunda atua no processo inteiro, do início ao fim. Ademais, disse que a ideia do projeto, é começar lentamente, e que conversou com o Dr. DOUGLAS e com a Dra. VANESSA CAMARGO, Juízes das Varas de Execuções Fideiussórias, e eles comentaram que em breve conseguem dar conta de todos os processos de execuções fiscais estaduais, sendo que esse seria um bom exemplo para dar início ao projeto. **12.** Na sequência, o Desembargador Corregedor-Geral de Justiça LUIZ CEZAR NICOLAU, disse que a ideia proposta já está dentro da CMP, não vislumbrando diferença entre os dois órgãos. **13.** Diante do apontamento do Desembargador Corregedor, o Doutor ANDERSON FOGAÇA explicou que havia uma ideia de transformar a CMP em uma Secretaria Única, mas que o projeto avançou e foi realizada uma cisão no projeto para que a CMP faça parte da Secretaria Única, na qual a CMP seria uma central de expedições, responsável por uma parte da SEJUD. **14.** O servidor VINICIUS LOPES, do DEPLAN, explanou, em dados, que a unificação das Secretarias torna os desempenhos

muito mais produtivos e anunciou que o DEPLAN está disponível para levantar os dados requeridos pelo Des. Corregedor LUIZ CEZAR NICOLAU. Citou o aumento da produtividade nas varas de Execução Penal, o que ocasionou também a relotação de servidores que estavam nessas varas, possibilitando trabalho em outras mais deficitárias. Ressaltou também a oportunidade que a SEJUD pode trazer para a possível terceirização de servidores para serviços mais simples, ocasionando uma melhor racionalização de recursos. **15.** O Excelentíssimo Desembargador Des. TELMO ressaltou que o começo deve ser nas entrâncias iniciais, evoluindo para as intermediárias e depois finais. **16.** A Excelentíssima Juíza de Direito Doutora FABIANA PIERUCCINI requereu a palavra e disse notar convergência de opiniões ao projeto, vez que todos estão apoiando. Observou que esse é um momento de transformação para o Judiciário Paranaense e que o projeto em análise está incluído dentro do projeto Justiça 4.0, revolucionando o Judiciário para um futuro digital e ressaltou que a importância das varas e comarcas não é tão importante igual a especialização, visando o projeto proposto. Observou a demanda do CNJ que há uma exigência de especialização para os Tribunais e essa seria uma oportunidade para se construir a Justiça do Futuro, dissociada dos aspectos territoriais. Analisou, por último, que o projeto deve começar de uma forma tímida, mas que deve visar a especialidade, não a competência territorial. **17.** Em seguida, o Doutor HENRIQUE DIAS TANAKA, representante da OAB, cumprimentou a todos e salientou a efetividade do TJ-PR e a importância da tecnologia ao avanço do Direito. Disse que os advogados recebem o projeto com muito entusiasmo e se mostram favoráveis aos projetos, que a grande reclamação dos advogados, atualmente, é sobre as entrâncias iniciais e que esse a SEJUD é importante e extremamente relevante nesse aspecto, solucionando o grande problema nas comarcas de entrância inicial. **18.** O servidor DANILO KOVALECHYN, do DTIC, apontou a importância do gerente de negócios e disse que esse cargo não pode ser ocupado por alguém do DTIC, mas por alguém com conhecimento técnico gerencial. Informou, quanto a implementação, que já existe no Projudi referida funcionalidade de especialização em funcionamento nas Varas de Fazenda Pública de Curitiba. Salientou que é possível a implementação gradual, para se ter uma análise do projeto no decorrer do aumento de varas e comarcas abarcadas, em virtude do sobrecarregamento do sistema. A Sra. Flavia Verusca explanou que o Tribunal possui, no momento, 35 comarcas de entrância final, 78 iniciais e 48 intermediárias. Dessa forma, observou que há 78 comarcas de entrância inicial para iniciar os trabalhos, com exceção de algumas que possui o Cível privatizado, entre as quais poderia se observar quais tem menos sobrecarga de trabalho para a cessão de trabalho de servidores inicialmente. **19.** Por fim, o Doutor ANDERSON RICARDO FOGAÇA, deixou agendada nova reunião para dar continuidade dos trabalhos e agradeceu a presença de todos os presentes e encerrou a reunião. Eu, LUCAS PETRY PINTO, lavrei a presente ata e a encaminhei ao servidor SANDRO DE OLIVEIRA MARTINS, o qual, após revisão, lida e aprovada, a assinará juntamente com o Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito **ANDERSON RICARDO FOGAÇA**, Juiz Auxiliar da Presidência e Presidente da Comissão Permanente de Equalização de Competências das Varas e Unificação de Unidades Judiciais de Primeiro Grau de Jurisdição.

Juiz **ANDERSON RICARDO FOGAÇA**

Juiz Auxiliar da Presidência e Presidente da Comissão Permanente de Equalização de Competências das Varas e Unificação de Unidades Judiciais de Primeiro Grau de Jurisdição

Bel. **SANDRO DE OLIVEIRA MARTINS**

Secretário da Comissão

LUCAS PETRY PINTO

Estagiário de Pós-Graduação vinculado ao Gabinete do Dr. Anderson Ricardo Fogaça



Documento assinado eletronicamente por **Anderson Ricardo Fogaça, Juiz Auxiliar da Presidência**, em 08/06/2021, às 14:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **SANDRO DE OLIVEIRA MARTINS, Técnico Judiciário**, em 09/06/2021, às 10:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjpr.jus.br/validar> informando o código verificador **6402415** e o código CRC **98C25A2C**.
